

# A MEMÓRIA E A HISTÓRIA DO *CICLOATIVISMO* NO BRASIL; RECORDAR E CONTAR JÁ É INTERPRETAR<sup>1</sup>.

Giselle Noceti Ammon Xavier<sup>2</sup>

## Considerações iniciais

Ao escrever o ensaio *O cicloativismo no Brasil e a produção da lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana: estratégias, instituições e padrões de relação entre atores*<sup>3</sup>, deparei com a grande dificuldade de historiar o movimento do *cicloativismo* no Brasil, pois essa história ainda não foi escrita.

Para situar a *Política Nacional de Mobilidade Urbana*, busquei, e encontrei, o histórico do Planejamento em Transportes e do Planejamento Urbano no Brasil, mas, exceto por matérias recentes de revistas, onde nós mesmos já éramos citados como atores, nada encontrei sobre o *cicloativismo* no Brasil. Então, lancei mão de depoimentos (por e-mail) de colegas cicloativistas.

No entanto, a todo o momento eu questionava se tínhamos o direito de estar escrevendo essa história, pois estaríamos citando a nós mesmos e às pessoas a quem temos acesso via Internet. Maior inquietude, ainda, era o fato de que eu não havia feito perguntas, apenas havia pedido depoimentos sobre a história do *cicloativismo* no Brasil, de forma que para montar um texto que induzisse a uma certa ordenação dos fatos, baseado nos depoimentos, foi um enorme quebra-cabeça.

1 Ensaio apresentado como trabalho final da disciplina ICH 4003 – Teorias da História, da Cultura e do Indivíduo do Programa de Pós-Graduação Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo como professoras coordenadoras da disciplina Luzinete Minella e Mara Lago.

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), Área de Concentração Sociedade e Meio Ambiente (SMA); Linha de Pesquisa Desenvolvimento, conflitos e políticas públicas. Orientador: Luiz Fernando Scheibe - LAAM CFH/UFSC – [www.cfh.ufsc.br/~laam](http://www.cfh.ufsc.br/~laam) Professora efetiva do Centro de Educação Física, Fisioterapia e Desportos da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Coordenadora do Grupo CICLOBRASIL, Extensão e Pesquisa em Mobilidade Sustentável [www.udesc.br/ciclo](http://www.udesc.br/ciclo) CEFID/UDESC. Fundadora da VIACICLO, Associação dos Ciclouários da Grande Florianópolis [www.viaciclo.org.br](http://www.viaciclo.org.br). Contatos: [ciclobrasil@udesc.br](mailto:ciclobrasil@udesc.br)

3 Ensaio apresentado como trabalho final da disciplina SPO 6004 – Políticas Públicas Setoriais (2006.2) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do CFH da UFSC, professor Erni José Seibel. O ensaio pode ser solicitado por e-mail [giselle@udesc.br](mailto:giselle@udesc.br) Em breve estará em *publicações* no: [www.udesc.br/ciclo](http://www.udesc.br/ciclo)

A maior preocupação é que o meu grande envolvimento com o cicloativismo pode ter gerado a *irrupção de fatores subjetivos*, e com isso, ter interferido na minha capacidade de ser “científica, justa, fiel à verdade”. Mesmo sabendo que isso não existe, quero “escrever história”. Bem sei que é fácil acontecer de, “sem querer”, citar o evento *x* e não o *y*, ressaltar o feito da pessoa *a* e não da pessoa *b*; esquecer de se referir a fatos (ou a pessoas) que tenham sido desagradáveis; privilegiar a ênfase aos eventos por mim vividos etc. Até onde tenho o direito de escolher a minha versão da história sem “distorcer a realidade”? Sobre tais questionamentos e inquietudes, ou melhor dizendo, sobre o processo de memória e interpretação é que pretendo refletir nesse ensaio.

### **Narração, interpretação, filosofia e fatos**

Alessandro Portelli (1996), no artigo *A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*, refere que a recuperação das memórias e das fontes orais costuma acarretar em uma má interpretação, pois é baseada na distinção entre os *fatos* e a *filosofia*. A ambígua utopia da objetividade: a objetividade da fonte por um lado (a ilusão do *testemunho* como autêntico, fiel à experiência histórica); e a objetividade dos cientistas, com seus procedimentos neutros e assépticos (a divisão do trabalho entre o materialismo das fontes e a intelectualidade do historiador e do sociólogo), por outro.

Não obstante, no espaço intermediário (na terra de ninguém dos fatos e da filosofia, e no duvidoso confim onde ambos se superpõem) se coloca o território inexplorado e exorcizado da subjetividade. O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia, quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros (nem seria capaz de fazê-lo, mesmo que o quisesse). Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é *interpretar*. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados (PORTELLI, 1996, p.60).

A adequação entre memória e história tem raízes sólidas e de longa data. As “categorias arcaicas da memória” retêm uma trifuncionalidade: memória-ação, memória afetiva e memória-conhecimento. A memória, como meio privilegiado de acesso ao verdadeiro conhecimento, a memória como faculdade intelectual, a memória-

conhecimento, alimentou toda a tradição platônica e neoplatônica, fertilizou a Idade Média e influenciou toda a cultura racionalista posterior. Mas, a memória apreendida cognitivamente não é algo evidente ou “natural”, mas histórico, que se insere numa epistemologia específica e supõe uma trajetória.

A partir dos anos oitenta, a historiografia vem tomando consciência de que a relação memória-história é mais uma relação de conflito e oposição do que de complementaridade, ao mesmo tempo em que coloca a *história* como senhora da memória, *produtora de memórias*. A oposição entre memória e história, no entanto, é construída sem que haja ruptura efetiva com a tradição aristotélica que entende a memória (ou melhor, a reminiscência, o ato de lembrar), sobretudo em sua função cognitiva, como *conhecimento do passado*” (SEIXAS, 2004).

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

A história é a reconstituição sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica (NORA, 1993, p.9)

Duas foram as reflexões suscitadas com o escrito neste ensaio até o momento. A primeira refere-se à fotografia. Fico aqui pensando nas câmeras fotográficas digitais e câmeras filmadoras, que são práticas, pequenas, úteis, mas perdeu-se o *glamour* da fotografia? Ou ganhou-se em espontaneidade? Será que agora prestamos menos atenção aos detalhes das coisas, pessoas, eventos, porque ficou fácil de “lembrar” por meio da fotografia e da filmagem digital tão acessíveis nos dias de hoje?

Interessante lembrar que, por exemplo, quando estamos escrevendo o relatório de eventos, principalmente os comunitários, o fato de “o que saiu melhor na foto”, pode, as vezes, interferir no que será dado ênfase no relatório. Ou seja, não apenas uma questão de memória e fatos, mas um certo o que “fica melhor” de ser contado, o que está mais evidente ou melhor documentado. A segunda reflexão é sobre os nossos sentidos.

Segundo Edoardo Boncinelli (2005), os sentidos representam uma janela muito estreita e seletiva do nosso eu para o mundo, uma percepção parcial e personalizada, que permite ver algumas coisas e não outras, e escutar e ouvir algumas coisas e outras não. Não só os receptores sensoriais periféricos, mas todo o nosso aparelho perceptivo

age a partir de um glossário limitado e descontínuo, não estando preparados para receber qualquer resposta, mas apenas uma ou outra de um conjunto restrito de respostas possíveis. Em síntese: como indivíduos, somos animais, uma evolução biológica milenar cega e oportunista; enquanto isso, o coletivo humano, e com ele o indivíduo, mostra um caráter histórico, fruto de uma continuidade cultural, longitudinal e transversal.

Esse “fato biológico” me parece um pouco abandonado nas reflexões das ciências humanas. Eu, que ministrei por muitos anos a disciplina de Fisiologia Humana, sinto a necessidade de unir este conhecimento ao das Ciências Sociais. Quem nos fala sobre esse assunto é Hector Leis. Para o autor historicamente, as Ciências Sociais caracterizaram-se por um relacionamento ambivalente com as ciências naturais. Importa reconhecer que as evoluções da sociedade e da natureza fazem parte de um universo único atravessados pelo mesmo vetor do tempo. Existe a necessidade de refletir de forma conjunta e integrada sobre os modelos sociológicos e biológicos ou, de modo geral, sobre os seres humanos e a natureza, na sua complexidade e inter-relações. Os fundadores das ciências sociais modernas construíram seu legado de teorias da sociedade, do indivíduo e da cultura, num distanciamento das influências naturalistas e/ou organicistas das ciências naturais predominantes no século XIX, o que, paradoxalmente, contribuiu para que as ciências sociais caminhassem em direção a um reducionismo que a levou a abordar seus objetos de estudo deixando entre parênteses suas concepções de natureza e, em particular, de natureza humana. Hoje há provas de que além das diversidades das sociedades, das culturas e das épocas, os seres humanos compartilham uma *natureza humana* que é fonte comum de comportamentos, atitudes e motivações (LEIS, 2004).

Os progressos cognoscitivos dos últimos decênios permitiram encarar, modelar e remodelar o conceito de natureza humana, ou seja, o conjunto de traços essenciais que, com maior ou menor justificação, costumamos julgar que nos caracterizam, entre todas as outras realidades. Uma possível aproximação do problema consiste em analisar os termos dessa evolução conceitual do ponto de vista da ciência, que prefere programaticamente observar o mundo assim como ele é, mesmo que o quadro que disso emerge possa desagradar a alguns ou a muitos, e deixar a outros a tarefa de nos explicar como deveria ser. Certamente esta é uma severa auto-limitação enquanto outros pensam que tal atitude seja “prosaica” demais e não leve a nada de interessante. Pode acontecer que seja assim, mas pessoalmente estou convencido de que também para ser mais do que somos, precisamos antes conhecer o que somos. Dito de outra forma, o melhor modo para superarmos os vínculos que nos condicionam, como indivíduos ou como espécie, consiste em conhecer-nos cada vez melhor, sem apelar para pseudo-explicações ou mentiras piedosas.

A biologia, por exemplo, pode até ser transcendida, mas não pode ser ignorada. Ajuda-nos a entender o que somos, mas também a identificar com precisão o que não somos. A idéia de animal, da qual fazemos tanta questão de nos distinguir, por exemplo, tem muitas vezes séculos de idade. Hoje sabemos muito mais sobre o que os animais de fato são – sobretudo certos animais – e tal conhecimento pode servir para situar na devida luz tanto o que nos aproxima quanto o que nos distancia deles (BONCINELLI, 2005).

Bruno Latour (2005), complementa dizendo que existe a necessidade de re-elaboração da construção da natureza e da sociedade. “Não há razão para a separação do ‘social’ das outras associações como com organismos biológicos ou mesmo átomos”. A agência está presente em seres, entidades e coisas; social é o que os conecta, e o que se deve buscar conhecer são as associações sociais entre as várias entidades não sociais. O social é algo fluido, que deveria ser acompanhado por novos métodos de estudo.

### **O valor da memória**

A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões e das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 1992).

Pierre Nora (1993) explica que a memória faz parte do grupo que ela une, tem natureza múltipla, desacelerada, coletiva, plural e individualizada; já a história, de maneira oposta, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória tem suas raízes no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

“A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Le Goff (1992), citando Gourhan, afirma que na sociedade dos insetos a genética é biologicamente indispensável, e que na nossa sociedade, é a tradição, pois a sobrevivência étnica funda-se na rotina. Simbolizando essa rotina, o capital necessário à sobrevivência do grupo. Já o progresso, representando a intervenção das inovações individuais para uma sobrevivência melhor. O diálogo que se estabelece suscita o equilíbrio entre rotina e progresso.

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica.

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

Gilberto Velho (2003) refere que, ao se narrar um evento, o difícil é transmitir o clima, o tom do que se está descrevendo. A sucessão dos fatos no tempo, a descrição das pessoas envolvidas são etapas fundamentais, mas o que é mais importante é tentar transmitir a idéia de que para as pessoas envolvidas, o fato descrito estava ocorrendo.

As ideologias da igualdade e da singularidade surgiram a partir do século XVIII como diferentes expressões de um *ethos* moderno. Por outro lado, a hierarquia é vista como a sobrevivência da sociedade tradicional, um poderoso mecanismo sociológico atuando permanentemente com maior ou menor visibilidade sobre toda a vida social.

As sociedades complexas moderno-contemporâneas, caracterizam-se, e são constituídas por um intenso processo de interação entre grupos e segmentos diferenciados, havendo uma mobilidade material e simbólica sem precedentes. As diferentes combinações entre ideologias *holistas* e *individualistas* constituem uma das marcas características dos processos sociais. O autor sugere que as noções de *projeto* (conduta organizada para atingir objetivos específicos) e *campo de possibilidades* (dimensão sócio-cultural, espaço para formulação e implementação de projetos) auxiliam a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades.

## **Considerações**

Estando envolvida no cenário do *cicloativismo* brasileiro, há 10 anos me dedicando à extensão universitária promovendo o uso da bicicleta, tenho a certeza de ter incluído em meu artigo importantes atores do cicloativismo e técnicos do setor privado e do governo. Mas e as pessoas que não atuaram, quando teriam que ter atuado? Por exemplo, encaminhando um processo ou projeto adiante. E os técnicos que emitiram pareceres negativos e fizeram com que ações e projetos ficassem na gaveta por mais quatro anos, aguardando o novo governo? Tenho o direito de omitir, na “minha versão da história”, fatos que eu prefiro abolir da “minha memória”? A memória é mesmo *um absoluto* e a história *só conhece o relativo*.

## Referências

BONCINELLI, Edoardo. “Necessidade e Contingência da Natureza Humana Necessità e contingenza della natura umana”. *Micromega*, almanacco di filosofia, Gruppo Editoriale L’Espresso, n. 4, p.8-27, Roma, 2005. (Tradução portuguesa de Selvino José Assmann – Florianópolis, abr. 2006)

LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford University Press, 2005, 316p.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP, p. 423-483, 1992.

LEIS, Hector R. O conflito entre a natureza humana e a condição humana no contexto atual das ciências sociais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Editora UFPR, jul./dez., n. 10, p. 39-45, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. PUC São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dez. 1996.

SEIXAS, Jacy Alvez de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. *Memória e (Res)Sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, p.37-58, 2004.

VELHO, Gilberto. Unidade e Fragmentação em Sociedades Complexas e Trajetória Individual e campo de possibilidades. *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 3ed., cap.I 11-30 e cap.II 31-48, 1994.